



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Diretrizes para o planejamento ambiental do turismo ¹

Leandro Martins Fontoura²

Raquel Ferreira Simiqueli³

Resumo

A demanda por visitação em áreas naturais tem crescido significativamente e requer o estabelecimento de diretrizes e normas, para que estas atividades sejam realizadas de maneira adequada e compatível com os princípios de conservação da biodiversidade. O planejamento ambiental do turismo visa contribuir para a adequação das características físico-ambientais, socioeconômicas, políticas, culturais e administrativas do local visitado. O objetivo principal é demonstrar princípios, estratégias e diretrizes que corroborem a implantação da atividade turística baseada nos princípios da sustentabilidade. Proporciona-se assim, importante subsídio para políticas públicas, direcionando as atividades turísticas de forma harmônica e coerente em ambientes naturais com potencial de visitação.

Palavras-chave: planejamento ambiental; turismo; áreas naturais.

Diretrizes para o Planejamento Ambiental do Turismo

Introdução

As relações entre turismo e planejamento ambiental têm se tornado cada vez mais próximas, principalmente com a finalidade de ordenar as atividades de visitação em unidades de conservação. O planejamento ambiental do turismo torna-se, portanto, ferramenta capaz de direcionar o uso adequado e conservação dos recursos naturais. Nesse sentido, é proposto um conjunto de diretrizes e princípios norteadores do planejamento turístico em áreas naturais. Por se tratar de áreas com objetivo de conservação e de considerável valor ecológico, estas necessitam de um planejamento bem estruturado e periódico.

O planejamento pode ser obtido através de estratégias para melhorar a administração da área para os turistas e uma melhor administração para a própria área protegida. Portanto,

¹ Trabalho apresentado ao GT - Interfaces com o Desenvolvimento, a Cultura e o Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Turismólogo, mestrando em geografia PPGEU/ UFPR, leandro.fontoura@gmail.com

³ Bióloga, mestranda em ecologia PGEOL/ UFJF, raquelsimiqueli@gmail.com



implica em determinar os valores ecológicos e os impactos positivos e negativos observados, as atividades que poderão ser desenvolvidas, ações de manejo e monitoramento no local. Acompanhar estratégias e diretrizes pré-estabelecidas, para uma melhor gestão administrativa da unidade de conservação requer a compreensão do gestor sobre os benefícios dessa prática.

O crescente fluxo turístico exige do planejador o direcionamento das atividades turísticas dentro de unidades de conservação, zoneamento de áreas de acordo com as suas características e com os seus objetivos, seja de preservação da biodiversidade, seja para a recreação.

A conservação como objetivo principal coexiste com as zonas de uso público, para tanto, devem ser de responsabilidade do gestor e de turistas zelar para que as diretrizes de uso sejam cumpridas em favor dos objetivos da área.

A relação que se estabelece entre turismo e áreas naturais deve estar pautada em normas e metodologias para o monitoramento turístico, planejado e organizado com base em princípios e metas da conservação, considerando-se também os demais usos científicos, recreativos, educacionais, etc.

Esse trabalho visa apresentar algumas diretrizes para o planejamento ambiental do turismo, no âmbito cultural, ambiental, econômico, político e social. Considerando-se as etapas e tipos de planejamento quanto a sua cronologia, definindo-se medidas a serem adotadas em curto, médio e longo prazos, visando o direcionamento do turismo em áreas naturais.

Planejamento do turismo em áreas naturais protegidas

Mundialmente, as áreas protegidas constituem-se, por excelência, em espaços de implantação e exploração do ecoturismo, pois são elas que atraem os visitantes em busca da natureza, de novas formas de lazer e de recreação ao ar livre, interessando diretamente no sistema turístico atuante (SILVEIRA *in* RODRIGUES, 2003).

A resolução CONAMA⁴ número 001 de 23 de janeiro de 1986, considera impacto ambiental:

Qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas

⁴ CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente



que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais. (MMA, 2001).

Todavia, é importante frisar que, como qualquer outra atividade econômica, o turismo pode produzir impactos, tanto positivos como negativos, como afirma Boo *apud* Silveira (2003). Assim, destacam-se como impactos potenciais positivos em áreas naturais protegidas:

- A sustentação econômica da área;
- A integração da UC com as populações locais que vivem no seu entorno;
- A circulação de informações sobre o meio ambiente;
- O aumento da oferta de atividades de lazer e recreação;
- A ampliação da capacidade de fiscalização;
- A implementação de programas de educação ambiental e
- A divulgação da unidade de conservação.

No que concerne aos impactos potencialmente negativos do turismo sobre áreas naturais, deve-se salientar:

- A compactação e erosão do solo através da abertura de trilhas desordenadas;
- A descaracterização da paisagem, dos atrativos e dos elementos naturais e culturais;
- A alteração do habitat natural da fauna e flora, provocado pelo stress decorrente da presença humana (tráfego, ruídos e movimentos estranhos ao ambiente);
- O aumento e deposição inadequada de lixo;
- A instalação de infra-estruturas e equipamentos inadequados, tais como mirantes, acessos, pontes e escadas e o aumento do risco de incêndios florestais causados por acampamentos irregulares e turistas.

Dessa forma, o equacionamento da problemática representada pela dialética entre turismo e meio ambiente passa a ser necessária para o correto planejamento dessas atividades em áreas naturais.

Para se alcançar o desenvolvimento equilibrado e conjunto entre o ecoturismo e a conservação das áreas naturais protegidas é necessário estabelecer mecanismos de



planejamento e gestão ambiental dinâmicos, flexíveis e integrados, que garantam ao mesmo tempo a conservação dos recursos naturais e a harmonização dos diversos interesses e necessidades dos envolvidos (FONTOURA & SIMIQUELI, 2006).

Corroborando esta análise, Silveira (2003) afirma que o planejamento ambiental torna-se uma das respostas para a problemática apresentada, sendo imperativa a inserção do planejamento turístico, no sentido de prevenir os efeitos do crescimento desordenado da atividade.

O planejamento ambiental está apoiado em concepções mais arrojadas, incluindo a perspectiva integrada e sustentável do processo de desenvolvimento turístico. [...] uma política de planejamento ambiental está pautada em pressupostos diferentes dos que imperam na sociedade que tem devastado o meio ambiente, do qual o próprio turismo depende para existir. (SILVEIRA, 2003, p.2)

Nesse sentido, destaca-se a importância da qual se reveste o planejamento e a gestão ambiental como instrumento para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. Para Silveira (*ibid*) há vários exemplos de que uma região degradada, no que se refere à qualidade ambiental, reduz a sua atratividade. Ao contrário, um patrimônio natural e cultural conservado é valorizado no contexto de competitividade que hoje atinge os territórios que têm pretensões de desenvolvimento do turismo.

A preocupação na incorporação de novos destinos que ampliam a dimensão do turismo a problemas de ordenamento do território, justifica a necessidade de analisar e valorizar os fatores que contribuem para explicar os processos e modelos de planejamento do espaço turístico. Para Vera (1997), interessa essencialmente uma visão aplicada e prospectiva dos componentes que influenciam as formas de aproveitamento turístico, priorizando uma gestão eficiente e racional dos recursos ambientais.

As novas realidades turísticas e a conseqüente necessidade de abordar problemas relacionados aos processos de desenvolvimento da atividade, obrigam o aprofundamento no conhecimento de técnicas e ferramentas operativas, em uma perspectiva holística, aplicada e interdisciplinar.

Diagnósticos do potencial recreativo, avaliação dos recursos naturais, planejamento sustentável dos processos de desenvolvimento, análises da evolução dos impactos, gestão da qualidade ambiental em destinos turísticos, conservação da biodiversidade, modelos de



desenvolvimento do espaço turístico e conhecimento da legislação, são temas fundamentais para a investigação e o planejamento do turismo, especialmente quando se trata da gestão de áreas naturais protegidas ou paisagens resilientes e frágeis.

A integração do meio ambiente ao processo de desenvolvimento turístico requer mudanças de atitude, com o objetivo de conciliar os princípios de um desenvolvimento equilibrado, que preserve os recursos naturais necessários para a manutenção da sustentabilidade. Isso somente é possível através de uma abordagem global, que contemple as dimensões econômicas, ecológicas e culturais (VERA, 1997).

Desta forma, é fundamental o conhecimento de ações de planejamento no âmbito técnico, financeiro, institucional e normativo, que contribuam para uma gestão mais eficaz dos aspectos ambientais do turismo.

Los impactos que genera la actividad en cuanto a la utilización de los recursos ambientales obligan a la elaboración y aplicación de medidas que reduzcan la presión del turismo sobre el medio ambiente. (VERA, 1997, p. 327)

Análises feitas por Butler (1980) tratam de medidas de redução de impactos do turismo. O autor identifica quatro possibilidades de redução dos impactos: mudanças no tipo de turismo, adequação dos recursos para suportar a pressão, limitação do número de visitantes e a educação ambiental.

Medidas como essas podem reduzir o potencial impacto do turismo em áreas naturais e aliadas a técnicas de ordenamento territorial podem auxiliar na gestão do turismo em unidades de conservação. Como afirma Vera (1997) a conciliação entre o número de visitantes e a proteção dos recursos naturais deve ser almejada na busca de um turismo responsável e sustentável.

Planejamento ambiental em áreas protegidas

O desenvolvimento e crescimento das cidades, antes valorizadas como sinal de civilização, passaram a ser criticadas, pois o ambiente fabril tornava a qualidade do ar, água e recursos naturais insuportáveis. Dessa forma, vida no campo, praias ou locais isolados passou



a ser idealizada por moradores das cidades, em busca de ambientes livres de poluição, que proporcionassem conforto e contato com a natureza.

A criação de unidades de conservação, entretanto, não é uma prática recente. Desde a antiguidade, vários países do mundo adotam esse instrumento fundamental para assegurar a manutenção da qualidade ambiental e a proteção da diversidade biológica.

Essa filosofia teve grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas “ilhas de beleza”, que conduziriam o ser humano à natureza intocada. É através desta perspectiva que se insere, originado nos Estados Unidos, o conceito de parque como área natural.

A criação do primeiro parque nacional do mundo, o de Yellowstone, em 1º de março de 1872, foi o resultado de idéias preservacionistas que se tornavam importantes nos EUA, ameaçados principalmente pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza (DIEGUES, 2004). A criação deste parque torna-se um marco importante no conceito de espaços geográficos destinados à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

A partir desse princípio, outros países passaram a estabelecer unidades de conservação em seus territórios. A Austrália criou o Parque Nacional Real em 1879; o Canadá criou sua primeira unidade de conservação em 1885 (Parque Nacional de Banff) e a Nova Zelândia estabeleceu o Parque Nacional de Tongariro em 1887 (IBAMA, 2004).

O Brasil sofreu forte influência do modelo americano, tendo iniciativas semelhantes em 1876, com o engenheiro André Pinto Rebouças. Entretanto, a criação de seu primeiro parque nacional deu-se somente em 1937, em Itatiaia, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas.

Nesse sentido, é importante ressaltar a distinção entre áreas naturais protegidas e unidades de conservação. Embora na maioria dos países esses termos sejam sinônimos, no Brasil eles apresentam distinções importantes. Áreas naturais protegidas são todas aquelas, assim determinadas por lei, como margens de rios, topos de morros, encostas íngremes, reservas legais das propriedades e também as unidades de conservação de diferentes categorias (MILANO, 2001).

Segundo a Fundação Pró-Natureza – FUNATURA (1989), as unidades de conservação podem ser definidas como:



Porções territoriais com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedades privadas, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, às quais aplicam-se regimes especiais de administração e garantias de proteção. Já os sistemas são conjuntos de unidades de diferentes categorias de manejo que, devidamente planejadas e manejadas como um todo, são capazes de atender da forma mais ampla possível os objetivos nacionais de conservação (FUNATURA, 1989)

As unidades de conservação ficaram organizadas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Na primeira categoria o objetivo básico é a proteção da natureza, admitindo-se o uso restrito dos recursos naturais (visitação, pesquisa científica e educação ambiental). Nas unidades de conservação de uso sustentável objetiva-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo, coleta e manejo ambiental).

Com a definição das categorias das unidades de conservação, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) passou a ter caráter multifuncional, pois, segundo o item XIII do artigo 5º, diferentes níveis de intervenção são permitidos, integrando atividades de preservação, uso sustentável, restauração e recuperação dos ecossistemas.

Dessa forma, existem categorias de manejo onde a intervenção humana deve ser mínima, pois devem manter as espécies, as comunidades e processos ecológicos no estado mais primitivo possível. É o caso de reservas biológicas e estações ecológicas (IBAMA, 2004). Em outras categorias, como os Parques Nacionais e Estaduais, Monumentos Naturais, Refúgio da Vida Silvestre e Área de Relevante Interesse Ecológico, a presença humana é permitida, desde que as condições originais dos ecossistemas não sejam significativamente alteradas.

A partir da existência de diversas categorias de manejo, a solução para os problemas de conservação da diversidade biológica e o acesso aos recursos naturais tornou-se mais flexível, dispondo-se de diferentes categorias de manejo para adequar a conservação com as necessidades e realidade do local.

Princípios para o planejamento do turismo em áreas naturais

O planejamento ambiental fundamenta-se na interação e integração de sistemas que compõem o ambiente. Tem o papel de estabelecer as relações entre os sistemas ecológicos e



os processos da sociedade, das necessidades sócio-culturais e interesses econômicos, a fim de manter a máxima integridade possível dos seus elementos componentes (SANTOS, 2004).

O planejamento ambiental tem como estratégia o estabelecimento de ações dentro de contextos e não isoladamente. Trabalhando sobre este prisma tem-se uma visão sistêmica e holística, resultando em um melhor aproveitamento do espaço e dos recursos naturais.

Visando a sustentabilidade, o planejamento ambiental geralmente considera os critérios a longo prazo, mas busca estabelecer também medidas a curto e médio prazos.

O planejamento ambiental não pode ser feito a partir de uma leitura estática do ambiente. Ele deve compreender os processos continuados que resultaram na apropriação dos recursos naturais. [...] O estado atual de um ambiente não é o produto de impactos individuais independentes, desconectados do passado e futuro (SANTOS, 2004, p.50).

Este estudo busca o resgate de ações nos três recortes temporais citados, expondo medidas que podem ser adotadas em cronologias diferentes, mas buscando sempre a qualidade e a conciliação entre a prática do turismo e a conservação de áreas naturais.

Os princípios para o planejamento de atividades de visitação devem propiciar a harmonia e coerência na prática do turismo em áreas naturais. Exercem, desta forma, estruturas basilares para que políticas, diretrizes e normas sejam desenvolvidas e aplicadas de forma adequada.

O planejamento e a gestão das atividades deverão estar de acordo com os objetivos da área. Não raro, o turismo em áreas naturais é desenvolvido em unidades de conservação, que possuem legislação própria para a sua proteção. Nestes casos, o objetivo principal da unidade é a conservação dos ecossistemas.

Entretanto, além da conservação que é o objetivo principal, essas áreas naturais protegidas possuem outros tipos de atividades que podem ser desenvolvidas, destacando-se a visitação, a pesquisa científica e as atividades pertinentes à educação ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente destaca a importância do turismo em áreas naturais, pois este é um instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e dos processos naturais (MMA, 2006).



A visitação deve ser promovida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às unidades de conservação. Entretanto, essa prática ainda não é desenvolvida da forma adequada. Percebe-se a elitização da visitação em áreas protegidas devido às dificuldades de acesso e condições econômicas para exercer o turismo nesses locais, que em sua maioria, cobram taxa de visitação. Assim sendo, as atividades de visitação possíveis de serem desenvolvidas devem estar previstas em instrumentos sólidos de planejamento.

Para que a visitação se torne uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, o seu desenvolvimento requer a existência de uma infra-estrutura mínima, que deverá estar prevista nos instrumentos de planejamento da área natural a ser visitada.

Atualmente, vemos o turismo como uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável, entretanto, isso somente poderá ser alcançado se forem contempladas as dimensões ambientais, sociais e econômicas (SILVEIRA, 2002).

Segundo os princípios de visitação em unidades de conservação o turismo é uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, sendo a manutenção da integridade ambiental e cultural essencial para sustentar a qualidade de vida e os benefícios econômicos provenientes da visitação (MMA, 2006).

Neste sentido, acredita-se na possibilidade da atividade turística como vetor de contribuição e para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. Para que isso ocorra efetivamente é necessário que o planejamento de todas as atividades inerentes ao ecoturismo sejam contempladas, principalmente os pontos onde se encontram as dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. O planejamento e a gestão da visitação devem buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos tanto para os visitantes quanto para a população autóctone.

Para o planejamento das atividades envolvendo a comunidade local é necessário o respeito aos limites culturais da população, pensando o desenvolvimento do turismo como forma a trazer benefícios graduais e condizentes com as condições demonstradas pela comunidade. Além disso, o plano deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências. Portanto, o planejamento e a gestão da visitação devem considerar múltiplas formas de fluxo do turismo, ou seja, visitação individual, em grupos (espontâneos ou organizados), excursionistas ou visitação organizada comercialmente.



Assim sendo, percebe-se a importância na compreensão da diversidade de expectativa dos visitantes, para que seja possível atendê-las dentro das condições ambientais do local, deve-se propor um conjunto de estratégias de manejo que maximizem a variedade de oportunidades oferecidas, aliando informações para o visitante, com o intuito de minimizar impactos ambientais e culturais, prevenir possíveis acidentes e maximizar a qualidade de sua experiência.

Concomitante às informações referidas é possível a aliança de medidas que visam a adoção de princípios de educação ambiental, visando o fortalecimento e a compreensão da importância daquela área natural na dimensão econômica, social e ambiental.

A utilização de técnicas de interpretação ambiental como forma de estimular a consciência do visitante, transforma a visita numa experiência enriquecedora e agradável, através da cognição dos aspectos naturais e culturais percebidos. Além disso, o emprego de instrumentos de interpretação ambiental pode caracterizar-se em uma ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais.

Nesta última forma de mitigação de impactos é necessário desenvolvimento de instrumentos interpretativos fundamentados em informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local. Portanto, o envolvimento da comunidade no processo de elaboração destes instrumentos é de suma importância, assegurando que o projeto seja concebido de forma multidisciplinar e que utilize uma linguagem adequada para o conjunto de visitantes a que ele se propõe.

Deve-se estimular a participação das comunidades locais e populações tradicionais no planejamento de atividades turísticas em áreas naturais, inclusive nas unidades de conservação de proteção integral.

Para Diegues (2004) as unidades de conservação brasileiras seguiram o “modelo Yellowstone” de criação de parques nacionais americanos. Segundo esta perspectiva as áreas naturais protegidas não poderiam ser habitadas, sendo restrito ao homem apenas a contemplação das belezas da Natureza.

Em conformidade com o ‘modelo Yellowstone’ foram criadas muitas áreas preservadas, destinadas à recreação pública, sem moradores e sem uso dos recursos naturais. [...] Durante anos os administradores lutaram por criar parques neste modelo e transferiram moradores, frequentemente de maneira forçada, de áreas que tinham



vivido por séculos. As conseqüências de tal modelo podem ser terríveis. (KEMF, 1993 *apud* DIEGUES, 2004, p.28).

Diante do exposto tem-se destacado a importância de apoio às comunidades locais no processo de planejamento das atividades referentes ao uso de áreas naturais, especialmente quando se passa a utilizá-las com finalidades turísticas, sendo necessária a sua participação nos modos de gestão da visitação no local.

Atualmente, encontram-se em muitos locais, dificuldades e resistências na participação da comunidade no processo de planejamento das atividades, por isso, é fundamental o estabelecimento de diretrizes que possam integrar o turismo ao desenvolvimento local e regional.

Diversas são as possibilidades de alcançar este objetivo, incluindo a promoção de estudos visando a avaliação dos impactos sociais, culturais e econômicos decorrentes da visitação na localidade. Neste sentido, é importante a promoção do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.

A participação nas discussões sobre políticas e planos de desenvolvimento do turismo e a capacitação da sociedade local, estimula o delineamento correto e participativo das atividades turísticas planejadas, além de contribuir de forma mais positiva no impacto econômico relacionado com a visitação na localidade.

Outra forma de integrar o turismo ao desenvolvimento local perpassa a criação de roteiros e produtos turísticos integrados, que envolvam diferentes atrativos regionais e incentivem o fluxo de pessoas por áreas onde se destaquem o artesanato, a culinária típica ou outros serviços locais, considerando os benefícios que os insumos destes produtos podem trazer para a região.

Em conseqüência disso tem-se o aumento do período de permanência dos visitantes no local, propiciando maiores oportunidades para conhecer novos atrativos, além do estabelecimento de infra-estrutura de transporte, hospedagem e alimentação na região, considerando a importância do turismo como fator de desenvolvimento local e regional.

Conclusão



O turismo é uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, podendo contribuir na qualidade de vida e nos benefícios econômicos provenientes da visitação. O planejamento ambiental do turismo é relevante e necessário, especialmente em áreas naturais protegidas, pois elas são um fator de atração de pessoas e influenciam no sistema turístico atuante na área.

Assim sendo, é importante destacar a potencialidade destes locais no que tange aos impactos ambientais, econômicos e sócio-culturais sejam eles positivos ou negativos.

Equacionar as formas de um desenvolvimento que consiga balancear os preceitos de impacto ambiental mínimo e satisfação da comunidade e turistas mostra-se o maior desafio entre os planejadores do turismo em destinos naturais.

Para que sejam alcançados os objetivos econômicos e de preservação é necessário um planejamento sólido e profícuo, que contemple as dimensões sociais, políticas e ecológicas em sua abordagem.

Percebe-se como um dos maiores entraves na aplicação de diretrizes de planejamento ambiental do turismo a participação da população autóctone nas questões políticas. Entretanto, o modelo utilizado não tem obtido sucesso por utilizar uma estrutura organizacional que não contempla as decisões da comunidade. Para o planejamento das atividades envolvendo a comunidade local é necessário o respeito aos limites culturais, sociais e econômicos da população.

Além das divergências nas comunidades, é importante destacar importância das diferenças provenientes também dos visitantes, que chegam aos locais de visitação com origens e expectativas diferenciadas. Portanto, deve-se elaborar estratégias de manejo que forneçam as informações necessárias aos visitantes, proporcionando-lhes condições de aumentar a qualidade da sua visita, evitando acidentes e minimizando os possíveis impactos negativos.

Uma das formas de atingir essas estratégias é através de medidas que contemplem os princípios da educação ambiental, que deverá ser elaborada, assim como toda e qualquer estratégia de planejamento ambiental do turismo, considerando as variáveis ambientais, econômicas e sociais. Somente desta forma será possível elaborar diretrizes que sejam aplicáveis, funcionais e duradouras dentro de uma perspectiva que almeja a sustentabilidade do local.

Referências Bibliográficas

BUTLER, R.W. **The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for managements of resources**, Canadian Geographer, 24 (1). p 5 – 12, 1980.

DIEGUES, A.C.S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 5ª ed. 2004.

FONTOURA, L. M. & SIMIQUELI, R. F. **Análise da capacidade de carga antrópica nas trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca – MG**. Monografia de especialização. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006.

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): aspectos conceituais e legais**. Brasília: Ibama/Funatura, 1989. 82 p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Atlas de Conservação da Natureza Brasileira: Unidades Federais**. São Paulo, SP: Editora Metalivros. 336p. 2004.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA: Resoluções**. Brasília, DF : Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, 2001.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de áreas protegidas. **Diretrizes para visitaçao em Unidades de Conservação**. Brasília, DF. 2006.

MILANO, M. S. **Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração de unidades de conservação**. In: Universidade Livre do Meio Ambiente. Apostila do Curso de Manejo de Áreas Naturais Protegidas. Curitiba, PR. 2001.

RODRIGUES, A. B.(org). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo, Contexto, 2003.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São PAULO: Oficina de Textos. 2004.

SILVEIRA, M. A. T. da. **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento: um foco no Estado do Paraná no Contexto Regional**. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2002.

SILVEIRA, M. A. T. da. **Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense**. In RODRIGUES, A. B.(org). Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

VERA, J.F; PALOMEQUE, F.L; MARCHENA, M, J, ANTON, J. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Editora Ariel, 1997.